



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

AGÊNCIA, PERFORMATIVIDADE E CONDIÇÃO ARTEFACTUAL

CELSO R. BRAIDA¹

Resumo: Análise e reconstrução dos conceitos de artefato e agência performativa, sob uma perspectiva ontológica, com o propósito de compreender os fenômenos de interatividade e mútua constituição entre agentes e artefatos. O foco da investigação é a agência e a eficácia dos artefatos tecnológicos e artísticos enquanto perfazem o mundo no qual eles podem ter efeitos e conformam os agentes que os produzem e utilizam. A intencionalidade e a própria agência dos agentes intencionais será compreendida como fundada na condição estabelecida pelos artefatos que, embora sejam sua criação, simultaneamente impõem restrições e potenciam sua ação e consciência. A ação performativa fundada em artefatos e artifícios, no sentido de ações pelas quais o agente se constitui como agente intencional, instaura novos modos de interação cooperativa e propicia outras formas de existência.

Palavras-chave: Agência. Artefatos. Ontogênese. Performativo. Ontologia.

1. Universidade Federal de Santa Catarina. Email: celso.braida@ufsc.br

AGENCY, PERFORMATIVITY AND ARTEFACTUAL CONDITION

Abstract: Analysis and reconstruction of the concepts of artifact and performative agency, under an ontological perspective, in order to understand the phenomena of interactivity and mutual constitution between agents and artifacts. The focus of the investigation is the agency and effectiveness of technological and artistic artifacts as they make up the world in which they can have effects and shape the agents that produce and use them. The intentionality and the agency of the intentional agents will be understood as founded on the condition established by the artifacts that, although they are their creation, simultaneously impose restrictions and enhance their action and conscience. Performative action based on artifacts and artifices, in the sense of actions by which the agent is constituted as an intentional agent, establishes new modes of cooperative interaction and provides other forms of existence.

Keywords: Agency. Artifacts. Ontogenesis. Performative. Ontology.

A questão a ser abordada refere-se aos conceitos básicos pelos quais se pode compreender a agência e a eficácia dos artefatos tecnológicos e artísticos enquanto eles perfazem o mundo no qual eles podem ter efeitos e também conformam a identidade e a existência dos agentes que os produzem e por meio deles realizam suas próprias ações e interações. Um livro, um computador, uma linguagem, uma ferrovia, uma música, uma instituição etc, enquanto artefatos, embora sejam objetos com propriedades e relações objetivas, implicam ambientes e agentes com capacidades específicas para cuja formação a própria efetividade desses artefatos é constitutiva. Nesse sentido, a hipótese a ser explorada é que esses artefatos não podem ser pensados apenas sob a categoria de objeto e instrumento, como preveem as ontologias padrões, pois a sua eficácia e efetividade perfaz uma agência em sentido pleno, embora eles não possam ser pensados como “sujeitos” ou “consciências”. Em outras palavras, esses artefatos são dotados de agência performativa, análoga à agência classicamente atribuída às entidades classificadas como pessoas. À primeira vista, esta capacidade de agir e de perfazer tem de ser pensada enquanto efeito decorrente da atividade efetiva do artificial não-intencional.

O problema está em que esses artefatos são entidades artificiais que parecem ter, ao serem assim agenciados em atividades, agência performativa em relação aos ambientes e às subjetividades. Pois, embora fundados na intencionalidade de agentes conscientes, o ambiente e os agentes (e mentes) são eles mesmos alterados

pela vigência e atuação dos artefatos; mais ainda, os agentes têm de se modificarem para se adaptarem às restrições e disposições impostas pela estrutura dos artefatos; além disso, as capacidades e sensibilidades propiciadas pelos artefatos instauram ambientes modificados e também uma agência expandida para os seus usuários de modo tal que a própria intencionalidade dos agentes funda-se na estrutura propiciada pela efetividade dos artefatos e artifícios. A intencionalidade, a capacidade decidir e agir dos agentes intencionais transforma-se em função da efetividade dos artefatos; mais ainda, a própria mente e vontade conforma-se pelo vigir do ambiente artefactual (GELL, 1998, p. 324). Por conseguinte, o conceito clássico de agente intencional natural e independente em relação ao ambiente artefactual precisa ser revisto, e também o conceito padrão de artefato baseado apenas nas noções de função e fabricação (HOUKES, W. & VERMAAS, P. E, 2010).

A questão especificamente ontológica diz respeito ao quadro conceitual capaz de apreender essas propriedades não-instrumentais e não-passivas desse tipo de artefato, bem como a natureza das entidades artificiais performativas. As ontologias contemporâneas em geral são incapazes de reconhecer a dimensão agentiva e performativa dos artefatos, ao se concentrarem apenas no conceito de função e material como definidores desse tipo de entidade (BAKER, 2006; KROES, 2012; HOUKES, W., MEIJERS, A., 2006). Nas ontologias disponíveis, agência e performatividade são pensadas apenas como características secundárias e derivadas (BERTHIER, 2006; MARGOLIS, 2009). Os temas da identidade, da existência e do ser daquilo que há sempre estão ali pensados como aplicando-se primariamente a um mundo estático em que a ação e a atividade são propriedades ou relações de entidades cuja constituição não é afetada pela ação própria ou de outrem ao serem subentendidas como apenas modificações não-ontológicas. O desafio será então propor uma ontologia que inclua a *agência e a performatividade* como instauradoras de realidade e como *modos de ser primários*, por conseguinte, permitindo assim reconhecer a condição artefactual enquanto um modo de ser autônomo embora não independente. O ponto principal diz respeito à compreensão dos artefatos, para a qual hoje dispomos de duas teorias bem estabelecidas, a “*Dual-nature theory*” que concebe os artefatos como caracterizados tanto por suas propriedades físicas quanto por sua função, a qual se refere necessariamente à ação e à intencionalidade humanas (KROES & MEIJERS, 2006), e a teoria construtivista que compreende os artefatos como tipos artificiais que entram em diferentes relações com as práticas coletivas (SCHYFTER, 2009; LAWSON, 2008). Com os conceitos de agência performativa e de entidade genealógico-performativa, nossa hipótese é que essas duas teorias são insuficientes para descrever o fenômeno da interação entre artefatos e agentes intencionais.

Para avaliar essa situação teórica, consideremos alguns tópicos exemplares de emergência da confluência entre condição artefactual, agência e performatividade,

tal como ocorre no caso dos artefatos linguísticos e estruturas gramaticais; das instituições e sociabilidades; dos aparatos tecnológicos; e das artes performáticas, sobretudo a arte da dança e do teatro. Nesses ambientes interessa perceber-se os eventos em que um artefato (objeto, esquema ou articulação artificial) adquire propriedades de nível superior, para além de suas propriedades materiais, que instauram estruturas emergentes (CONI, 2005) por cuja efetividade novas correlações e propriedades tornam-se cogentes e atuantes. A efetividade dos artefatos e artifícios instaura um âmbito de sentido no qual os agentes podem se orientar, interagir e fazer referências a realidades objetivas, mas cuja existência é impérvia a uma análise material e causal atomizadora. O plano das ações e interações dos agentes transcorre inteiro com base na vigência e na efetividade de estruturas propiciadas pelo inteiro âmbito de artefatos e artifícios.

Uma análise em termos de objetos e propriedades deixa de lado o fenômeno principal. O efeito e a eficácia performativa de uma palavra, por exemplo, de uma usada para ofender e humilhar o ouvinte, não se explica por suas propriedades materiais, objetivas e individuais. Apenas uma consideração que tenha um foco ampliado poderá captar o efeito de ofensa que essa palavra apenas adquire no contexto de ações e correlações em curso que incluem o passado e o futuro, eventos locais e eventos dispersos. Por isso, um complemento a uma abordagem analítica dos próprios fenômenos e artefatos se faz necessária, ou seja, uma abordagem que inclua a descrição conceitual da agência performativa enquanto, por um lado, ela mesma é o fator que determina a sua efetividade histórica (GADAMER, 2005) e, por outro, enquanto ela é um sintoma genealógico de sua apropriação por forças e poderes dominantes (NIETZSCHE, 1988; KITTLER, 2014), no sentido de que esses artefatos podem ser apreendidos sob o conceito de atividade genealógico-performativa (BRAIDA, 2014; 2016) que instaura, por meio de sua vigência, formas, sentidos e constrições no plano das sociabilidades e das instituições nas quais os próprios agentes vêm a ser o que são.

Todavia, o conceito de intencionalidade e de ação intencional conformam ainda hoje o paradigma pelo qual esses fenômenos são compreendidos. Nesses âmbitos é prevalente o uso da noção de mente e de ação intencional, associadas a uma descrição funcional da atividade e da agência dos artefatos, estes pensados sempre como utensílios instrumentais e funcionais cujo sentido está dado pelos propósitos da ação em curso dos agentes intencionais que os empregam. Pouco se fala aí da atividade e da efetividade dos artefatos enquanto estes atuam sobre os agentes e nas suas ações e interações. A questão aqui levantada diz respeito às condições de existência dessa atividade dos artefatos e sobretudo das suas implicações para a própria atividade intencional e para a própria existência dos agentes intencionais. O que pretendo sugerir é que justamente sob uma descrição em escopo alargado emerge como cogente o fato de que os agentes intencionais e suas ações intencionais

revelam-se como dependentes da efetividade dos artefatos e, além disso, que na relação com esses artefatos os agentes intencionais assumem a agência dos artefatos como dada e contam com isso ao formarem sua própria intencionalidade no decorrer das diferentes atividades nas quais são reconhecidos como sujeitos.

ANÁLISE E GENEALOGIA DA AGÊNCIA ARTIFICIAL

Faz-se necessário, pois, uma análise conceitual e uma diferenciação categorial para se apreender o âmbito dos artefatos e do artificial como tendo papel ativo e fundante por sobre a intencionalidade dos agentes. Primeiro, deve-se abandonar a teoria clássica da predicação e do conceito, pensados como abstrações genéricas de estados de coisas. Nesse modelo teórico, como se pode ver nas árvores de categorias ontológicas básicas, não lugar para agentes e ações. Um modelo alternativo é a análise da estrutura de papéis temáticos como cerne da estrutura semântica no contexto da qual se divisam os conceitos e as diferenças categoriais (VAN VALIN, 2005). O instrumento principal para isso é a análise da estrutura de sentido imposta pelos verbos de atividade, na qual está embutida a pressuposição ontológica de que se podem diferenciar níveis de atividade conforme o agente ocupa diferentes papéis e funções na ação em curso. Um outro passo se faz necessário, que consiste em adotar como estratégia metodológica a suposição do conceito de atividade como primitivo e assim pensar os diferentes tipos de artefatos e de agências enquanto co-implicando sempre um tipo específico de atividade, no lugar de uma substância e suas propriedades. Além disso, o âmbito do artefactual, por ser fundado em atos, ações e atividades, e não em essências naturais, exige uma abordagem genealógico-hermenêutica que consiste em delinear a história de formação dos artefatos com o propósito de estabelecer suas condições de uso, seus propósitos e transformações quanto à função e o sentido, o que implica descrever e apreender conceitualmente os artefatos e sua agência performativa enquanto revelam uma história efetiva (GADAMER, 2005) e, por outro, enquanto são eles mesmos sintomas genealógicos de sua apropriação por forças e poderes dominantes (NIETZSCHE, 1988; KITTLER, 2014), e não apenas em termos de relações lógico-formais individualizadas e estáticas.

O cerne dessa análise é o conceito de artefato considerado como apreendendo um componente relevante no contexto de uma interação sócio-ambiental e como veículo para se efetuar uma ação (HOUKES, W. & VERMAAS, P. E, 2010) no contexto de um curso de atividades. O que se quer assim evitar é a descrição de um artefato em termos de suas propriedades objetais isoladas de qualquer contexto de ação. Contudo, o ponto principal está em que os artefatos adquirem uma independência em relação aos seus criadores e suas ações por meio de um processo de objetivação

social (NILLSON, 2001). Um artefato não está aí à mão, ele impõe condições e restrições para ser usado, ele exige um modo apropriado de se lidar que, em geral, exige treinamento e educação prévias. Além dessa primeira independência, todavia, faz-se necessário acrescentar uma segunda, a saber, a independência em relação ao sentido e a função que deu origem ao artefato. Com efeito, ao longo da história evolutiva de formação de um artefato (SIMONDON, 2012), material ou imaterial, mas também em relação ao curso de ação, seu sentido e sua função se alteram (NIETZSCHE, 1988, KITTLER, 2014). Esses dois aspectos indicam já a insuficiência do modelo intencional e mentalista de compreensão dos artefatos e da condição artefactual dos agentes intencionais criadores de artefatos, também a incapacidade das ontologias modernas que retiraram a agência dos objetos que não são sujeitos.

A partir dessa visada, fica evidente o aspecto ativo e agentivo dos artefatos, ou seja, a agência da dimensão dos artefatos (VERBEEK, 2005), incluindo os artefatos materiais e também os imateriais; esta agência indica, por um lado, a produção de efeitos e estruturas emergentes para além de suas propriedades e relações primárias e, por outro, que essa agência não se deixa explicar e reduzir apenas a um efeito determinado pela intencionalidade e natureza dos seus construtores e usuários. Em termos técnicos, a agência e a efetividade de um artefato, de um aparato ou sistema de artefatos, torna possível o que sem ele não era realizável. Por exemplo, uma ponte aérea apenas transporta pessoas e cargas entre duas cidades; todavia, a sua existência torna possível serviços e relações antes impossíveis, como duas pessoas viverem juntas e uma delas trabalhar o dia inteiro em outra cidade, ou algo como o sistema de transplantes de órgãos etc. Dados esses aparatos artificiais, agentes podem querer, pensar, planejar e fazer coisas que sem eles não seriam possíveis. Mas isso não é apenas uma reinterpretação e uma refuncionalização de uma coisa, pois isso afeta a própria intencionalidade e capacidade de pensar, decidir e agir dos agentes intencionais criadores dos artefatos e aparatos. A ideia aqui defendida é que esses efeitos desses artefatos e aparatos afetam e alteram o modo mesmo de interagir e cooperar dos agentes intencionais estabelecendo estruturas emergentes que propiciam modos outros de interação cooperativa imprevistos nos projetos e realizações originais, como é o caso das linguagens e instituições, mas também da arte e da tecnologia.

Todavia, embora isso pareça trivial, os problemas de conceitualização aparecem já na caracterização minimal do que seja um artefato. Com efeito, as apreensões teóricas mostram o quão carregada conceitualmente e não-consensual é esta caracterização; algumas abordagens dos artefatos os definem apenas em termos de função e propósito; outras enfatizam as propriedades materiais e as relações causais, e outras ainda enfatizam os processos históricos de formação e transformação dos artefatos (MEIJERS, 2009, p. 248). A abordagem que será aqui explorada baseia-se na noção de ação em curso e de atividade de interação

cooperativa nas quais um objeto adquire funções e exerce papéis relevantes para a consecução da ação. Os artefatos são então pensados como nexos e pontos de ligação no contexto de processos mais amplos não inteiramente controlados e dirigidos pelos agentes intencionais envolvidos, e muito menos pelos artefatos utilizados. O problema conceitual refere-se à apreensão teórico-categorial da efetividade de artefatos, tal como um computador ligado à rede ou um *smartphone*, mas também da própria rede mundial de computadores e de telecomunicações, que torna possível atividades e efeitos que transformam o contexto material e intencional da agência dos seus criadores e usuários. O conceito tradicional de utensílio e de instrumento não é capaz de apreender esse fenômeno; mas também as definições baseadas nos conceitos de material, desenho e função são insuficientes, pois não apreendem o aspecto agentivo e performativo dos artefatos. O cerne dessa insuficiência é a apreensão ontológica sob o conceito de entidade passiva e inativa.

Com efeito, o problema principal é que essas abordagens pressupõem uma relação estática entre o agente e o artefato. O agente age intencionalmente e então cria-se um artefato. O agente e o artefato são concebidos como separados; o agente é independente em relação ao artefato, o artefato é dependente quanto à existência e à identidade em relação ao agente intencional; a intencionalidade do agente é independente do artefato. O agente é ativo e o artefato é passivo. Contudo, esse modelo não é capaz de apreender o entrelace entre a agência do agente, sua intencionalidade e o âmbito de artefatos que sustentam as atividades, inclusive mentais, dos agentes envolvidos. Trata-se de uma confusão categorial, pois o que se faz é confundir relação abstrata de um agente criar, a partir do zero de restrições internas e externas, um artefato inteiramente novo, com a relação concreta na qual um agente agencia um objeto para cumprir uma função no curso de uma ação, e a relação concreta na qual um agente cria um artefato no contexto de um âmbito de ação e de artefatos no qual o próprio agente se constitui como agente capaz de ação. Quando usamos um *smartphone* ou um automóvel, nossa intencionalidade e nossa capacidade de agir já estão *a priori* conformadas e configuradas pela atuação e efetividade do sistema de telecomunicações e de transporte e trânsito. As ações de ajustar o banco do carro e de criar um aplicativo para o *smartphone* são tais que não fazem sentido fora da vigência de um contexto artificializado de aparatos e sistemas de artefatos em interação.

SENTIDO E MATERIALIDADE

Outro problema para a análise tradicional é a distinção entre sentido e materialidade. O foco aqui não é o sentido e o significado de um artefato, mas antes a sua efetividade material, pois é nela que está a eficácia de sua agência

performativa. A efetividade que perfaz transformando os usuários, modificando sua intencionalidade e desejo, não está na apreensão de sentido, mas no agenciamento das propriedades materiais dos aparatos e dispositivos. Em outras palavras, os artefatos e aparatos não são apenas signos e sinais, sobretudo, não são representações e simulações de realidade. A rede mundial de computadores efetivamente conecta materialmente seus usuários, muito além de ter o sentido de comunicação; um *smartphone* torna materialmente possível a comunicação sonora, visual e textual a distância, instantânea e móvel. Esta materialidade, todavia, não é uma composição natural nem mecânica explicável apenas em termos de interações causais das microestruturas físicas. A artefactualidade, por conseguinte, precisa ser pensada como atingindo a própria matéria, e não apenas o sentido e a função: a efetividade do *smartphone* é materialmente realizada enquanto um produto da engenharia que avança sobre a matéria física e a faz realizar operações e funções que ela não tem por si mesma.

Este aspecto é decisivo para compreensão da agência performativa dos artefatos, pois também os agentes intencionais, ao incorporarem nas suas práticas diferentes artefatos performativos, têm sua própria materialidade (corpo, energia) alterada tanto quanto sua intencionalidade (mente, consciência). O corpo e a mente adquirem novas propriedades materiais e disposições concretas. Uma pessoa usando um computador ligado à rede, ou um *smartphone*, tem seu corpo e sua mente estendidos (GELL, 1998; CLARK & CHALMERS, 1998; MENARY, 2007), isto é, artificializados, agenciados e transformados. Todavia, o ponto principal é que essa ampliação implica a perda de controle das consciências naturais; pois, ao usar um desses artefatos o agente não é mais um sujeito consciente e com domínio do inteiro processo, visto que o inteiro processo ou ação em curso, p. ex., de usar a Internet ou usar um *smartphone*, não é uma ação isolada e delimitada nos seus efeitos pelas ações e decisões do usuário. O inteiro processo é do tipo ontológico “não-intencional” ou “*subjectless*” (SEIBT, 2010, p. 47) e transcorre de modo maquínico. Ao desejar, planejar, decidir e agir no sentido de fazer uma viagem de avião, eu mesmo não tenho consciência, controle e antevisão do inteiro processo de atividades, operações e agenciamentos que tornam possível e realizam minha viagem.

Nesse ponto torna-se evidente o fato de que um artefato impõe restrições e implicações para ser efetivo, sobretudo quando se tem em vista o seu caráter social intrínseco e seu pertencimento a um regime material de conexões e correlações. Como exemplo primário, as condições e constrições nas quais uma linguagem é efetiva, como nas conversações em português ou em Libras, são tais que os agentes têm que se conformarem e se adequarem para adentrar nesse âmbito. Um texto em português ou uma sequência de gestos em Libras são apenas objetos fisicamente descritíveis para alguém que não foi educado de modo apropriado para lidar com eles do ponto de vista linguístico. Mas as condições de vigência de uma língua

são também as condições dos regimes da dimensão dos artefatos. Além disso, uma língua não é um instrumento neutro que tão somente comunica e representa aquilo que é comunicado e dito; antes, cada língua estabelece uma série de restrições, explicitadas em geral na sua gramática, que selecionam certos aspectos e descartam outros no momento mesmo da construção frasal. Assim, duas frases de línguas diferentes, que são sua tradução equivalente, irão “comunicar” e “dizer” aspectos distintos da mesma cena (SLOBIN, 1987; 1996). Esse aspecto constritor das línguas está presente em todo e qualquer artefato. Uma motosserra e um machado de pedra servem ambos para cortar árvores, mas são muito distintas as condições de uso e eficácia que eles exigem e impõem às comunidades e aos ambientes. A substituição de um pelo outro não é apenas uma questão de rapidez e eficácia quantitativa: eles estabelecem por sua vigência social uma condição artefactual que se impõe para os agentes individuais objetivamente, por um lado, exigindo adaptação material e, por outro, propiciando materialmente outras possibilidades e se efetivando com efeitos diferentes. Essa condição artefactual material, por sua vez, abre e torna possível uma outra condição intencional, exigindo uma adaptação mental e propiciando novas formas de intencionalidade. Com uma motosserra se pode querer e planejar cortar um hectare de floresta por dia com um único trabalhador, o que era impossível usando machado de pedra, mas para isso também é preciso adaptar-se às exigências da máquina: peças, combustível, ruído, risco de acidentes fatais etc. Esta condição vale tanto para artefatos técnicos quanto para artefatos sociais, como as instituições, teorias, ideologias; vige tanto para aparatos tecnológicos quanto para obras de arte.

Todavia, estas condições e restrições da efetividade dos artefatos não é uma propriedade que eles têm enquanto objetos ou substâncias individuais. O machado e a motosserra não têm neles mesmos a propriedade (*property*) de cortar árvores; esses artefatos têm antes o caráter de apropriados (*propriety*) para realizar essa ação nos cursos de ação de agentes que cortam árvores. Esta diferença indica que a ontologia dos artefatos exige uma reordenação categorial que implica assumir as categorias de atividade e ação como básicas. O machado é apropriado apenas no contexto de uma determinada ação. Pois, as propriedades materiais desses objetos foram elas mesmas performadas para realizarem uma ação, e elas se mostram adequadas no curso da atividade de cortar árvores. Pode-se dizer que machados e motosserras têm o seu ser e sua identidade, material e funcional, determinados por um processo de apropriação para a ação de cortar árvores; esses artefatos tanto se tornaram apropriados quanto foram apropriados pela ação de cortar árvores. Por sua vez, os agentes que realizaram essa apropriação, eles mesmos tiveram que se adaptar e foram modificados pela atividade de cortar árvores. A atividade de cortar árvores instaura por sua vigência e efetividade o machado (artefato) e o lenhador (agente). Nenhum deles pré-existe e é o que é antes da ocorrência dessa atividade.

LINGUAGEM E CONSTITUIÇÃO DE SENTIDO

Um outro aspecto a ser explorado diz respeito ao conceito de intencionalidade (e mentalidade) supostos como base da agência, mas também da informação e da sociabilidade, mas sobretudo das instituições. A hipótese a ser explorada quanto a esse aspecto é que o conceito de ação interativa cooperativa é suficiente para explicar agência, linguagem e estruturas interativas, em bases materiais e correlacionais, sem que seja necessário introduzir o conceito de mente ou de intencionalidade na base, mas apenas como efeitos estruturais emergentes da interação cooperativa. O conceito primário novamente é o de ação, ação em curso e curso de ação, do qual o conceito de ação interativa cooperativa é um sobreproduto e no contexto do qual a descrição em termos mentais e intencionais adquire sentido. Pois não faz sentido algum introduzir os conceitos de mente e de intencionalidade para um não-agente.

Um artefato, seja técnico, artístico ou teórico, embora tenha certa objetividade e independência, tem seu sentido e função, e, por conseguinte, suas propriedades e eficácias, sempre em relação a uma ação em curso. Um pedaço de madeira tem várias propriedades objetivas e materiais. Todavia, a depender da ação interativa cooperativa em curso, uma e a mesma vareta pode adquirir propriedades e potências muito diversas, por exemplo, como espeto, adereço no cabelo, e haste de *hashi*. Se esse aspecto é menos visível nos objetos técnicos primários, os quais pareciam ter uma natureza estática, permitindo também uma certa estabilidade e autonomia intencional e institucional, a atual constelação tecnológica e informacional explicitou e potencializou esse fator a ponto de tanto a intencionalidade quanto a institucionalidade perderem sua estabilidade e anterioridade. Exemplo claro disso é a dissolução da ideia de uma gramática normativa, no caso das línguas, mas também a radical alteração das legislações para se adequarem às novas tecnologias de informação, comunicação e comércio. Ao referir a artefactualidade, a performatividade e a intencionalidade ao conceito de ação em curso evita-se o essencialismo e também o dualismo fabricado-natural. O que é e o que pode uma vareta de madeira, ou um *smartphone*, não está dado na sua conformação material. Mas isso, porém, não é o efeito de uma outra intencionalidade, pois o que define é ação em curso na qual a coisa tem papel relevante,

No âmbito da discussão em torno da noção de linguagem e da expressabilidade e compreensibilidade do mundo, há duas formas muito consensuais de dar uma solução para o problema da relação entre linguagem e conteúdo. Por um lado se postula uma relação de congruência e mútua constituição, por outro se postula uma arbitrariedade e relatividade da linguagem em relação ao mundo e aos conteúdos. O mundo é legível e expressável, de qualquer modo. De um ponto de vista, o mundo é legível porque ele é de antemão linguístico; por outro, ele é legível porque a intencionalidade linguística constitui também o mundo do qual ela fala. Todavia, o conceito de artefato e de condição artefactual, se aplicados ao fenômeno

da linguagem e da expressabilidade, permitem pensar uma terceira via menos carregada ontologicamente. A legibilidade do mundo, por esse modo de abordagem, não é o efeito de uma linguagem suposta como base do mundo e menos ainda como efeito de uma intencionalidade fundante do mundo. O mundo é legível na exata medida em que ele pode ser capturado como argumento de uma função de um artefato. Contudo, essa hipótese não é absoluta, pois ela não exclui que fenômenos específicos sejam fundados na intencionalidade e na mentalidade, mas apenas prevê que os fenômenos de agência performativa, de intercâmbio de informações, e da legibilidade do mundo ocorram sem o concurso da intencionalidade e da atividade mental prévia e independente, sobretudo de uma linguagem prévia.

Como o tem demonstrado inúmeros exemplos, a legibilidade das coisas não implica que elas sejam inscrições ou signos ou textos. Materialidade e legibilidade são plenamente compatíveis com a efetividade dos artefatos, justamente enquanto essa efetividade é pensada como o que torna possível que determinada estruturação material, percebida como efeito causal de uma certa atividade, seja mensurada e correlacionada com outros fatores materiais. A datação pela análise molecular é exemplar, mas também as informações que se podem obter via análise bioquímica e espectrometria. A sala é apreensível em termos de pressão, temperatura e umidade, mas não porque ela esteja inscrita em unidades de medida e na linguagem da física atual, e menos ainda porque ela estaria constituída por uma intencionalidade operante material.

Don Ihde (2003), na sua proposta de uma nova hermenêutica material, sugere que a legibilidade do mundo passa agora pela manipulabilidade do material em termos de informação. Mesmo o que não é linguagem e muito menos número e signo, torna-se legível, como se fosse uma inscrição e um texto, por meio da atividade que transforma concreções materiais em informação, ao tomá-las como efeitos de atividades formativas capturáveis por instrumentos e artefatos. Agora o mundo em sua materialidade mesma é informação, é fonte de dados que podem ser usados para se obter informações precisas. Mas isso de modo algum supõe que o mundo seja ele mesmo linguagem, ou que seja perpassado de linguagem. O que acontece é uma atividade que toma a materialidade e sua estruturalidade como argumentos para funções quantitativas e informativas. O exemplo maior disso é a datação por Carbono 14 e outras técnicas semelhantes que usam dados da estrutura molecular de diferentes materiais para determinar sua composição, formação e origem temporal e espacial. Trata-se da efetividade de *“methods of making non-human material entities speak so as to be heard or understood and, as the imaging example showed, to make what was invisible visible”* (IHDE, 2003, p. 20). De modo algum os vestígios falam ou dizem algum conteúdo judicável. Contudo, o aspecto a ser notado nesses métodos e procedimentos técnicos e tecnológicos – cujo cerne é uma operação técnica (SIMONDON, 2012, p. 346) conduzida agora inteiramente

pela máquina, à qual as corporeidades e mentalidades dos agentes estão sujeitas, e simultaneamente potenciadas e transformadas –, torna possível intencionalidades e consciências alteradas que permitem ações antes impossíveis e indisponíveis. O efeito é a transformação mesma dos corpos e das mentes e, por conseguinte, do ambiente, propiciada e exigida por essa condição artefactual fundada nos conceitos de função e informação no sentido indicado por Ihde: “If I ‘make’ technologies; they, in turn, make me” (2003, p. 20; VERBEEK, 2005). Na própria conformação cerebral e genética esse efeito é constatado (HAN, 2017, pp. 160, 215; LALAND et al (2010), enquanto os artefatos, técnicas e tecnologias perfazem um ambiente que vige como condição para a formação das novas subjetividades.

A admissão do primado do efetivo-artefactual pode ser vista como a “destranscendentalização” da operação de compreensão de sentido quando exige a historicização radical da experiência e do seu conteúdo, isto é, daquilo que é apreendido e significado como fazendo sentido no contexto de ação de um agente. O ter e o fazer sentido não são apenas concreções de possibilidades, mas antes a cada vez a efetiva correlação de efetividades mundanas relativamente estáveis. A compreensão e o sentido, bem como a linguagem e a gramática, emergem então como realidades dependentes e fundadas em cursos de ações interativas, constituindo-se como especificamente efeitos emergentes da efetividade da ação de interação cooperativa em vistas de ações concretas atuais. O conceito principal aqui sugerido é o de que as expressões linguísticas (palavras, frases, discursos) constituem-se como significativas, portanto como estruturas significativas, apenas enquanto atos linguísticos no contexto de uma ação ou atividade em curso. A suposição é que as inscrições e proferimentos linguísticos tem sua base na tentativa de ajuste e posicionamento de um agente, de afinação com os demais agentes e a situação, na atividade em curso. Na base da linguagem estariam *modos de ajuste com o outro na ação em curso*, tal como se mostra no aprendizado das primeira língua (TOMASELLO, 2009). Os falantes ajustam a própria conduta com base em esquemas invariantes retidos do passado, os quais são eles mesmo redirecionados e reinterpretados em função dos propósitos da ação em curso atual (LONGO, 2015). Esses ajustes e retenções instauram o artefato da linguagem e do mundo simbólico no qual agora as mentalidades e intencionalidades se formam e vêm a ser conscientes de si e capazes de ação intencional. E esse regime da atividade linguística é também o regime dos artefatos.

A FICÇÃO DA INTENCIONALIDADE

No debate atual sobre a ontologia dos artefatos, e também sobre o artificial e o ficcional, porém, é prevalente a tese de que o conceito de intencionalidade tem uma

função teórica básica (BAKER, 2006). A intencionalidade é constitutiva do âmbito dos artefatos: “Being an artifact is then a social fact, and as such is relative to a community of intentional agents (GARBACZ, 2004, p. 292). Isso de certo modo é inegável, mas o aspecto a ser explorado é quanto ao fator constitutivo e performativo do artificial e do ficcional em relação aos agentes intencionais. A própria intencionalidade social ou coletiva, assim como no caso da linguagem, pode ser pensada como um efeito da vigência de regimes artefactuais, ou ao menos como estrutura emergente a partir do uso coletivo de artefatos. A intencionalidade, e a própria subjetividade ancorada nela, não é um dado natural inalterável que permanece intacto pela introdução sistemática de artefatos e ambientes artificializados. O próprio desejo, assim como o modo do organismo se projetar no ambiente e realizar suas necessidades é agora modalizado pela disponibilidade de artefatos os mais variados. A criança já nasce no ambiente técnico-cultural e a partir dele se constitui como agente intencional; parafraseando Gadamer, a consciência intencional é ela mesma um efeito da história efetiva dos artefatos (DILTNEY, 2010, p. 116; HILLIS, 2003; GARCÍA, 2008).

O artificial e o ficcional, pois, seguidamente são a condição da intencionalidade, ao menos no que diz respeito à intencionalidade de um agente cuja formação se perfaz por aculturação ativa, pois os sistemas simbólicos e sistemas de informação e comunicação, sobretudo as línguas naturais e linguagens técnicas, instauram modos de intencionalidade alterados, ao tornarem possíveis dimensões de experiência indisponíveis no plano da percepção e da atividade prática com objetos cotidianos. Esses artefatos tornam possível pensar e querer de modo diferente. Esse tornar possível logo se transforma em obrigação e condição de existência para os diferentes interagentes. A possibilidade da comunicação a distância instantânea e móvel, propiciada pela linguagem e pelos aparatos digitais, bem como pelas baterias de longa duração, não apenas propiciam novos desejos e novas formas de interação cooperativa, mas também se transformaram em uma exigência a qual os agentes têm de se conformarem e se educarem de modo apropriado para a sua utilização eficaz (TÜRCKE, 2002; 2010). Nesse contexto, a análise da função da arte e dos efeitos da experiência artística, sobretudo daquelas fundadas na ação e na interação, ganha relevância, pois nessas atividades é o próprio fruidor que é afetado na sua intencionalidade. Porém, não é apenas a arte e a atividade cultural que perfazem e constituem o ser dos agentes intencionais, mas também o ambiente estruturado pelos apetrechos e aparatos técnicos e tecnológicos. Não é apenas o viajante que se conforma e deixa levar pelo avião; o aviador e a aeromoça tem sua identidade e existência apenas no aí da vigência do sistema de aviação.

A EFETIVIDADE DO ARTEFACTUAL

Outro aspecto relativo à ontologia dos artefatos diz respeito à compreensão do ficcional. Seja o problema das assim chamadas entidades fictícias, seja o problema do conceito mesmo de ficção, nada é consensual no debate atual, sobretudo pelo fato de que tanto em ciência (GRANGER, 1995) quanto na análise da sociabilidade atual, o ficcional aparece como condição da própria realidade e verdade objetivas. Também a dimensão institucional parece exigir contextos reais de ação e interação constituídos por ficções, ou, ao menos, por interações das quais alguns relatos são da ordem da ficção. Interessa-me aquelas situações, por um lado, em que uma ação em curso atual apenas pode ser explicada na sua efetividade pelo recurso a uma relação com elementos ficcionais; por outro, interessa-me descrever e compreender conceitualmente as relações de dependência envolvidas na eficácia do fictício em produzir efeitos de realidade (BLACK, 2002) que orientam e dirigem as ações dos agentes. Além disso, as teorias mais consensuais sobre a natureza da ficção estão baseadas na teoria linguística da ficção que, no entanto, é pensada a partir de um modelo referencialista e na semântica dos mundos possíveis (THOMASSON, 1999).

Do ponto de vista ontológico, todavia, o ficcional é o que propriamente falando não existe e, por conseguinte, não pode ser a referência de uma expressão linguística. Por isso, a hipótese a ser aqui explorada é que uma teoria da linguagem baseada na ação é mais adequada para pensar tanto o papel performativo de realidade do ficcional quanto a própria natureza da ficção. A ficção, e a imaginação, bem como a construção de modelos técnicos e teóricos, está na base tanto das investigações científicas quanto da projeção de novas formas de sociabilidade e instituições. A operação no plano ficcional, isto é, no plano do inexistente, por modelização e simulação, é a própria base da investigação tecnológica, mas também está na base do pensar que se desliga das afecções reais para considerar modos alternativos de existência e ação (DAHLBOM, 2001). Contudo, o aspecto a ser acentuado é o caráter de ficção implicado em qualquer artefato, seja ele técnico, teórico ou artístico, que, porém, é realizado materialmente e produz efeitos reais. Essa materialidade e efetividade do artificial e do ficcional constitui o cerne do tecnológico, sobretudo da realidade virtual-digital que agora se impõe como real perante o qual os agentes intencionais precisam se adaptarem e se configurarem para serem o que propriamente são, isto é, agentes intencionais capazes. Até mesmo o tipo de intencionalidade e consciência exigido pelos aparatos e sistemas máqunicos é um modo alterado, incluído a mente estendida e a virtualização do corpo e do ambiente. A “atenção exata” exigida pela máquina de Joseph Walser, no romance de Gonçalo Tavares, indica o cerne da questão, pois nada no mundo exige e implica esse tipo de “*awareness*”. Como vimos sugerindo até aqui, a existência dos aparatos

artificiais altera o pensar e o desejar humanos, de modo que a intencionalidade e a mentalidade não são então condições prévias para a vigência dos artefatos, mas sim já também o efeito desse vigor.

A efetividade e a realidade tecnológica que perfaz o mundo-ambiente atual, com seus megaaparatos e megasistemas que funcionam e exigem o serviço de milhões de indivíduos humanos, independe desses indivíduos tanto para existir quanto para se expandir, pois não estão à disposição deles e sob o controle de sua ação local. Veja-se o caso dos sistemas de telecomunicações mundial, dos grandes sistemas de geração e distribuição de energia, mas também dos sistemas de produção, distribuição e comércio de mercadorias e alimentos; os agentes intencionais individuais, sem dúvida, são os autores e construtores desses sistemas; todavia, a lógica da eficácia funcional e da operacionalidade técnica impõe-se como exigência incontornável para os indivíduos isoladamente e também para a maioria das comunidades. Hoje esses indivíduos nascem e se educam como pessoas em contextos prefigurados por esses sistemas. Ter acesso à água encanada, ao dinheiro, à energia elétrica, à rede de computadores e telecomunicações etc, não é agora tão somente algo desejável, mas um imperativo de sobrevivência. A diferença crucial está em que essas necessidades foram criadas e impostas pela própria lógica da efetividade do artificial que se impõe agora aos próprios agentes individuais e, sobretudo, constitui o ambiente “natural” onde esses agentes nascem, tornam-se conscientes e realizam suas ações propositais. Os propósitos desses agentes contam com a existência e a efetividade do aparato de artefatos e artifícios. As suas vidas são existências inseridas no âmbito de vigência desses aparatos artificiais e eles se tornam o que são, aviadores e lenhadores, no mundo instaurado com base na efetividade do artefactual.

O CERNE PERFORMATIVO DA ARTE E DA TÉCNICA

Esta situação tem reflexos diretos na arte e na compreensão do artístico que merecem ser explorados. Se, de fato, o ser humano apenas é humano pela efetividade dos artefatos que constituem sua vida como humana, ao transformarem toda naturalidade animal, sua origem e chão, em artefactualidade e artificialidade funcional e significativa, então, a condição da arte, do artifício e do ficcional, talvez seja uma pista esclarecedora, sobretudo ao ser pensada juntamente com a condição tecnológica atual, para se compreender o fundo comum do artístico e do tecnológico e, assim, do ambiente cultural.

O estágio atual, de descentramento e desorientação, por falta de centros de referência e de metas doadoras de sentido, é bem claro nos questionamentos acerca da arte contemporânea. Os temas do fim da arte e do fim da história da arte,

embora um tanto já cansativos, estão ainda na roda das discussões. Que vivamos numa época pós-humana, pós-artística e, por conseguinte, também pós-histórica, isso tem sido dito de vários modos e com propósitos ainda mais variados. Todavia, ainda é admissível supor um centro e uma meta doadores de sentido e orientação, tanto para as histórias, quanto para as artes e para os humanos. Esse centro é o uso pervasivo de artefatos e artifícios, e a consequente dependência do humano em relação aos aparatos e artefatos tecnológicos. *A lógica do artefato*, todavia, é uma só em todas as suas manifestações e realizações, a saber, a efetiva refuncionalização e redirecionamento de energias e estruturas para servirem de argumentos para as funções e disposições impostas pela estrutura artificial do artefato. Por isso, dado o caráter pervasivo dessa lógica, que tem imposto sua presença e produzido efeitos cada vez mais efetivos em todas as esferas da vida humana nos últimos 150 anos, todo conceito, esquema ou estrutura, seja ele qual for, que tenha de algum modo tido a aparência de verdade e validade, foi ou será, também ele, redirecionado e refuncionalizado, isto é, posto como argumento para uma nova função, ou descartado como descartável. Pois, a lógica monotônica dos artefatos tem sua efetividade justamente na multi-realizabilidade e na pluri-aplicabilidade. Se a televisão já foi vista como coisa do diabo e como destruidora das tradições religiosas, hoje ela é o meio de vida e existência dessas tradições. Tanto essa tradição cultural quanto esse artifício foram reinterpretados nesse processo. E isso é o traço revelador.

O império do artefactual, e do tecnológico, que é o seu meio de efetivação atual, mas não único, tem como cerne a refuncionalização e a substituibilidade, ou seja, a multi-realizabilidade. Desde o primeiro instrumento de osso, madeira ou pedra, o que se descobria ali não era tanto o uso de algo para fazer outra coisa ou para realizar uma ação, pois isso os animais fazem também. O que se descobriu, o que se abriu para os animais humanos, foi uma dupla potência: primeiro, a efetividade, a eficácia mesma, do redirecionamento energético pelo uso de um mediador não-natural; segundo, e mais primariamente ainda, a efetividade e a eficácia da maleabilidade do entorno natural que era redirecionado e então adquire assim uma outra função ou sentido. Esses dois aspectos estão já presentes no primeiro osso apropriado para produzir sons. A percepção e a realização dessa dupla efetividade, pode-se dizer seguramente, instaurou a dimensão da cultura, isto é, a dimensão de profundidade cuja raiz é a efetiva efetividade do artefactual e da consciência da artificiabilidade do dado natural. O que distingue essa dimensão em relação ao inteiro âmbito da natureza é claramente o primado da função sobre a estrutura ou essência, e o fato de que a função esteja descolada de suportes naturais específicos e vice-versa. Por conseguinte, a raiz da cultura e da técnica tem sua origem ali onde uma função foi apreendida como isolável de seu suporte natural; mas esse lance, embora decisivo e presente na maior parte disso que chamamos vida cultural e técnica, ainda é quase insignificante diante do lance seguinte, propiciado por esse

primeiro, mas não redutível a ele, a saber, a percepção de que uma função é ela mesma reprogramável e redirecionável, portanto, reinterpretável. Considere-se para isso, a transformação da função da escrita desde os tempos babilônicos. Tudo indica que a escrita foi usada primeiramente no sentido de registro e cálculo; somente depois ela foi reinterpretada para a função básica mais aparente, a da substituição da voz e o registro da fala; todavia, hoje, no seu uso digital e eletrônico efetiva-se em outro sentido, como inscrição muda, informática, de máquina para máquina.

Essa condição dúplice, de pluralidade temporal e de artefactualidade, pode ser capturada pelo conceito de *ficção de realidade*. A ficção de realidade está no cerne do ato artístico, mas também nas construções tecnológicas e midiáticas. Nesses setores está em operação a ação que transforma o dado natural, desrealizando-o, ao efetivar o que antes era apenas ficção. O efeito de realidade, que consiste na ficção de realidades que se tornam efetivas, em geral está fundada na eficácia do simbólico, que vem a ser a base para ações, interações e intenções. Signos, conceitos e teorias não existem e também não são dados reais sem um agenciamento ficcional. Como muito bem afirma Granger (1995: p. 231), “nenhum conhecimento, mesmo rigorosamente deduzido e ordenado, merece o nome de ciência se ele não tem em vista apenas as entidades imaginárias”. A própria ciência opera no plano das representações, operações e funções formais-abstratas, as quais antes de que possam ser descobertas têm de ser imaginadas e ficcionadas. O artefactual, como o diz Joel Black, falando do cinema, “conforma e fixa a própria noção mesma de realidade” (2003, pp. 3, 7). Com efeito, a realidade que nós hoje tomamos como certa e dada é uma realidade moldada e conformada pelos efeitos de realidade que os artefatos, tais como o relógio, o microscópio, a câmera fotográfica, os satélites, o machado e a motosserra, as teorias, os instrumentos e unidades de medida, tornaram factíveis e que, por sua eficácia e vigência, tornaram passível de ser apreendida, manipulada, concebida e pensada. Sem esses artefatos, toda a imagem científica do mundo e do universo permaneceria uma imagem fantasiosa, como uma mera imaginação e realidade onírica.

A suposição de que os agentes intencionais, individuais e coletivos, permanecem intactos não obstante a vigência dos aparatos artefactuais sucumbe diante da efetividade da televisão e do *shopping center*, que agora estão na palma da mão e na ponta dos dedos, em qualquer hora e lugar. A hipótese aqui explorada é a de que pensar, desejar, decidir, lembrar, querer são, enquanto aspectos da intencionalidade e da agência, transformados e redirecionados pela vigência da realidade artefactual. Considere-se os efeitos de um artefato como um *smartphone*. O *smartphone* agora põe e dispõe o inteiro mercado e faz girar em torno de si a nova sociabilidade ao capturar as individualidades como seus usuários num plano instantâneo e global. Ao adquirir e usar um desses aparelhos, adquire-se na verdade uma série de funções e serviços que o aparelho realiza. Os seus usuários podem

viver em Florianópolis e comprar e namorar em Tóquio. Essas funções ou são versões alteradas de capacidades humanas, como é o caso da orientação espacial, ou são funções inteiramente novas, como é o caso da localização geográfica e da comunicação à distância. Nos *smartphones* estão condensados e efetivados vários artefatos cuja história merece atenção por serem indicadores da condição atual na qual nós somos o que somos e desejamos o que desejamos. Bússola, Relógio, Mapa, Rádio, Telefone, Máquina de escrever, Calculadora, Máquina de fotografar, Filmadora, Computador, GPS, Caixa de Banco, Correios, Shopping Center, Secretária etc. Essas funções antes de serem isoladas como operações isoladas e destacadas de sua base material de realização, foram um dia tarefas e habilidades humanas individuais, as quais, em algum momento dos últimos séculos, foram isoladas como funções e operações virtuais e depois materializadas na forma de artefatos-máquinas. Muito tempo depois, esses artefatos-máquinas foram apequenados e transformados em aparatos portáteis, e então vendidos como aparelhos para uso individual. O isolamento, depois o refinamento das funções e, por fim, o seu adensamento culminam no aparelho que hoje cada um quer ter o seu no próprio bolso. No *smartphone*, porém, essas funções têm outros sentidos, muito diversos daqueles de sua proveniência. Também a nossa inteligência e a nossa racionalidade, portanto, nossas teorias e conceitos, foram um dia habilidades de pessoas particulares, depois foram refinadas, adensadas e isoladas como funções, e depois refuncionalizadas e reinterpretadas até poderem ser fixadas como teorias e conceitos. Pense-se apenas na habilidade de calcular e de registrar, tão elogiada no passado como o suprassumo da sagacidade humana, a qual hoje está isolada e fixada a ponto de poder ter sido transferida para máquinas e aparatos ditos inteligentes, como um *smartphone* barato.

Não há nada intrínseco ou essencial ou peculiar a este ou aquele artefato, pois na substituíbilidade funcional e material está o seu princípio regente. Se a arte agora é tal que qualquer amostra de arte é arte igualmente a qualquer outra amostra, então a lógica do artefato está instalada no cerne da arte. Ora, isso não é de todo inesperado, pois desde os sessenta do século passado a artefactualidade alcançou o cerne da vida humana: seja as técnicas de inseminação artificial e de controle de natalidade, seja as técnicas de transplante de órgãos ou as de uso de drogas sintéticas e próteses. Com essas tecnologias, a própria essência da vida humana, no que ela tinha de peculiar e intrínseco, perde a cada dia o sentido, ou melhor, adquire outra forma e outro sentido. Vivemos o mundo da reprodutibilidade técnica do humano, no qual a vida humana individual perdeu sua aura, e passou a ser gerida em termos funcionais, de substituíbilidade e de reprogramabilidade. Os casos mais emblemáticos são as decisões sobre a vida e a morte, antes cercadas de tabus e cerimônias, hoje decididas por ressonância magnética, ultrassom, tomografia computadorizada, análise química e banco de dados de doação de órgãos. Essas técnicas e tecnologias *tornaram possível* decisões antes impossíveis, como a de interromper a vida de um

jovem (acidentado) e prolongar a vida de um velho (cujo coração já não funciona). A autorização para a interrupção da vida, e também para o seu prolongamento, hoje está fundada em decisões técnicas: trata-se da vida de alguém como uma função da disponibilidade de aparatos técnicos, fármacos e órgãos vitais (BRAIDA, 2016). A condição artefactual, das obras de arte e dos aparelhos tecnológicos, dissemina-se e imiscui-se no âmbito da vida, perfazendo ativamente a condição humana atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias intencionalistas dos artefatos e aparatos técnicos supõem que o ser humano é desde sempre já intencional e consciente, e que os artefatos e artifícios, como os meios de comunicação, transporte e vestuários são adereços secundários. Contudo, os estudos mais atuais indicam que o *homo sapiens sapiens* é o resultado de uma interação que se conforma ao conceito de espírito objetivo proposto por Dilthey (2010), pelo qual o ser humano individual e coletivo, intencional e consciente, já nasce em um ambiente cultural no qual os mais diferentes artefatos estão instalados e operando. Quando um filósofo introduz conceitos de mente, intencionalidade, crença, propósito e plano para descrever a relação entre agentes e artefatos, e defender a tese de que o domínio do artefactual é um efeito da atividade intencional, opera-se uma inversão dos termos, pois na verdade essa descrição e essa tese valem justamente apenas porque se aplicam sempre já a um campo de ação e interação e a um horizonte de sentido que emergiu e se estabilizou por meio da operação e da instalação de artefatos e apetrechos tecnológicos, no mínimo uma língua não-natural, portanto, que é efeito da efetividade dos artefatos e sistemas integrados de aparatos e apetrechos.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BAKER, R. L. On the twofold nature of artefacts, *Stud. Hist. Phil. Sci.* 37 (2006) pp.132–136.

BERTHIER, D. Artificial agents and their ontological status, *iC@P 2006: International Conference on Computers and Philosophy*, May 2006, Laval, France (2006), pp. 1-9.

BLACK, J. *The reality effect: film culture and the graphic imperative*. London, Routledge, 2002.

BRAIDA, C. R. A provocação dos aparatos tecnológicos, *Filosofia e Educação*, v.6 (2014) pp. 9-41.

_____. A historicidade do artístico e a condição artefactual. In: *Arte e Pensamento: Operações historiográficas*. 1 ed. São Paulo, Rafael Copetti Editor, 2016, pp. 39-61.

CLARK, A.; CHALMERS, D. The Extended Mind, *Analysis* 58 (1) (1998), pp. 7-19.

CONI, C. *Identità e strutture emergenti*. Milano, Bompiani, 2005.

DAHLBOM, B. (2001) The Idea of an Artificial Science. In: NILLSON et al. *Artifacts and Artificial Science*. Almqvist & Wiksell International, Stockholm, 2001.

DILTHEY, W. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

GADAMER, H.-G. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Vozes, Petrópolis, 2005.

GARBACZ, P. The Four Dimensions of Artifacts. in D. Dubois; C. Welty; M.-A. Williams (eds.), *Principles of Knowledge Representation and Reasoning: Proceedings of the Ninth International Conference (KR2004)*, AAAI, Menlo Park, California, 2004, pp. 289-300.

GARCÍA, T. A. *Ontología cyborg: el cuerpo en la nueva sociedad tecnológica*. Barcelona, Gedisa, 2008.

GELL, A. *Art and Agency: an anthropological theory*. Oxford, Clarendon Press, 1998.

GRANGER, G.-G. *Formes, opérations, objets*. Paris, Vrin, 1994.

_____. *Le probable, le possible et le virtuel*. Paris, Odile Jacob, 1995.

HILLIS, Ken. *Sensações digitais: espaço, identidade e corporificações na realidade virtual*. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2003.

HOUKES, W.; MEIJERS, A. The ontology of artefacts: the hard problem, *Stud. Hist. Phil. Sci.* 37 (2006) pp. 118-131.

HOUKES, W.; VERMAAS, P. *Technical Functions: On the Use and Design of Artefacts*. Dordrecht, Springer, 2010.

_____. Actions Versus Functions: A Plea for an Alternative Metaphysics of Artifacts, *The Monist*, vol. 87, no. 1, (2004) pp. 52-71.

IHDE, D. *Postphenomenology and technoscience: The peking university lectures*. Albany, State University of New York Press, 2009.

_____. *Postphenomenology - Again?* The Centre for STS Studies, Aarhus, 2003.

KITTLER, Friedrich A. *Die Wahrheit der technischen Welt: Essays zur Genealogie der Gegenwart*. Hrsg. H. U. Gumbrecht. Frankfurt, Suhrkamp, 2014.

KROES, P. *Technical Artefacts: Creations of Mind and Matter*. Dordrecht, Springer, 2012.

KROES, P. A.; MEIJERS, A. W. M. The dual nature of technical artifacts, *Studies in History and Philosophy of Science*, 37(1), (2006). pp. 1–4.

LALAND, Kevin; ODLING-SMEE, John; MYLES, Sean. How culture shaped the human genome: bringing genetics and the human sciences together, *Rev. Nat. Gen* 11(2), (2010) pp.137-48.

LAWSON, C. An Ontology of Technology: Artefacts, Relations and Functions, *TECHNE*, v.1, n. 12 (2008).

LONGO, Giuseppe. How Future Depends on the Past and on Rare Events in Systems of Life, *Foundations of Science* 23 (3), (2018) pp. 443-474.

MARGOLIS, J. *Culture and Cultural Entities – Toward a New Unity of Science*, 2nd edition, Dordrecht, Springer, 2009.

MENARY, Richard. Writing as thinking, *Language Sciences* 29 (2007), pp. 621–632.

MEIJERS, A. W. M. (ed.) *Philosophy of Technology and Engineering Sciences*. Amsterdam, Elsevier, 2009.

NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da Moral*; trad. P. C. Souza. São Paulo, Brasiliense, 1988.

NILLSON et al. *Artifacts and Artificial Science*. Almqvist & Wiksell International, Stockholm, 2001.

SCHYFTER, P. The bootstrapped artefact: A collectivist account of technological ontology, functions, and normativity. *Studies in History and Philosophy of Science*, 40 (2009), pp. 102–111.

SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris, Aubier, 2012.

SLOBIN, D. I. Thinking for speaking, *Proceedings of the Thirteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, (1987) pp. 435-445.

_____. From “thought and language” to “thinking for speaking”, in J. J. Gumperz & S. C. Levinson (eds.) *Rethinking linguistic relativity*, Cambridge, Cambridge UP, (1996). pp. 70-96.

HAN, Shihui *The Sociocultural Brain: A cultural neuroscience approach to human nature*. Oxford, Oxford UP, 2017.

THOMASSON, A. L. *Fiction and metaphysics*. Cambridge, Cambridge UP, 1999.

TOMASELLO, M. The usage-based theory of language acquisition, in Bavin, E.L. (ed.) *Cambridge Handbook of Child Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 69–88.

TÜRCKE, Ch. *A sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____. *Filosofia do Sonho*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2010.

VAN VALIN, Robert Jr. *Exploring the Syntax-Semantics Interface*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

VERBEEK, Peter-Paul *What things do: philosophical reflections on technology, agency, and design*; translated by Robert P. Crease. University Park, The Pennsylvania State University Press, 2005.